Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Difícil retorno

A ideia dos parlamentares de começar o ano com os demais colegas e todos os seus servidores no regime presencial vai causar alguma resistência. É que, neste período de recesso, em que os funcionários trabalham em esquema de plantão e com o Congresso praticamente vazio, a covid já deu o ar da graça.

Imagine com a Casa cheia

Os números oficiais de doentes ainda não foram divulgados, mas, em conversas reservadas, médicos relatam que, nesses primeiros dias de 2022, foram registrados ali, pelo menos, 15 casos de covid e 24 de gripe. Isso sem contar os que estavam na fila do departamento médico esperando atendimento.

O ingresso de Doria

A carta do governador de São Paulo, João Doria, criticando o projeto do PT de reverter privatizações, teto de gastos e reforma trabalhista foi lida pelos políticos como o passe para que ele tente entrar em campo na disputa por espaço eleitoral. Até aqui, nesse centro avesso a Lula e a Bolsonaro, Sergio Moro ingressou puxando pelo discurso do combate à corrupção. E Doria tenta entrar pelo viés da economia/gestão.

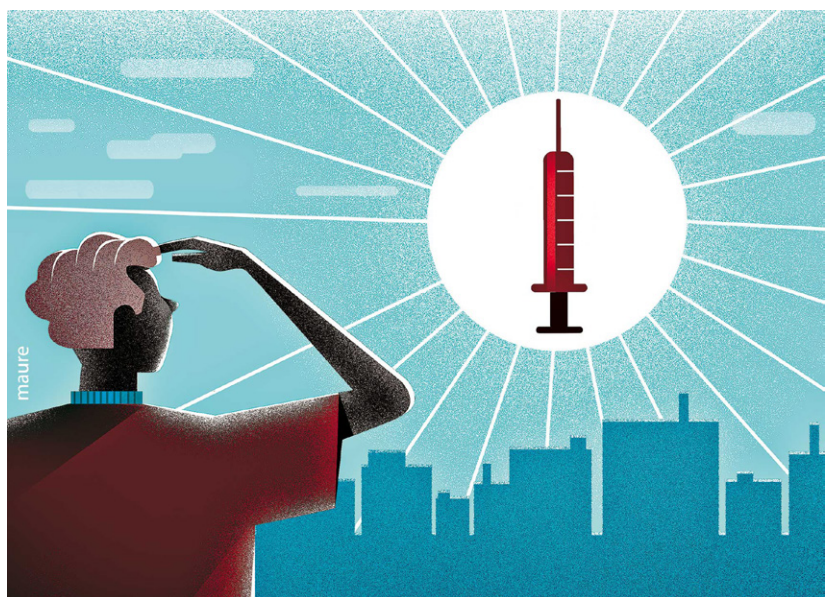
A lógica eleitoral se inverteu

Até aqui, os partidos colocavam seu pessoal bom de voto para governador ou senador. Agora, planejam colocar seus melhores quadros para concorrer à eleição de deputado federal. Por isso, no PSB, a ideia é incluir Rodrigo Rollemberg nessa roda, assim como, no Cidadania, há quem defenda que Cristovam Buarque seja candidato a um mandato à Câmara. No Maranhão, conforme a coluna adiantou dia desses, a puxadora de votos do MDB será a ex-governadora Roseana Sarney.

Hora das estrelas

Assim como os produtores de filmes procuram sempre um astro para atrair público, os presidentes de partidos vão buscar políticos conhecidos e pessoas famosas para concorrer a um mandato de deputado federal.

Discurso em construção



Com a produção de vacinas 100% brasileiras pela Fiocruz e a possível redução do isolamento para assintomáticos, os estrategistas políticos do PL esperam reduzir o impacto das falas do presidente Jair Bolsonaro em relação à imunização e reforçar a narrativa contra o #fiqueemcasa. A ordem é modular a atuação do presidente em relação à pandemia em duas frentes. No caso das vacinas, a ideia é fazer viralizar nas redes que Bolsonaro pode até não tomar a vacina contra a covid, mas não se recusou a disponibilizar imunizantes para quem quisesse tomar e, de quebra, o governo apoiou a produção da vacina brasileira. Quanto à redução do período de isolamento dos assintomáticos, a atitude reforçará o discurso do presidente contra o #fiqueemcasa.

A ideia de modular o discurso da pandemia é justamente para tentar baixar a rejeição a Bolsonaro. Até aqui, a pandemia e a economia foram os principais fatores de rejeição do presidente. Se conseguir mudar a percepção em relação à pandemia, já será algum caminho andado. Quanto à economia, Bolsonaro sempre colocará parte da responsabilidade no colo dos governadores que adotaram o lockdown para conter a transmissão do vírus no início da pandemia.

A fila só cresce

Os funcionários da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) começaram a se mobilizar por reajuste salarial. O primeiro passo foi uma carta aberta ao presidente da CVM, em que demonstram sua indignação pelo fato de o governo federal prever, no Orçamento de 2022, reajuste para apenas algumas categorias. "Essa decisão é um duro golpe, especialmente se considerarmos a inflação em alta, que já chega a dois dígitos nos últimos 12 meses", diz o texto.

CURTIDAS

Férias do barulho/ A ministra da Secretaria de Governo, Flávia Arruda, entra em férias hoje, mas seus adversários, não. Mesmo depois da entrevista em que o presidente Jair Bolsonaro disse com todas as letras que ela não seria demitida pela imprensa e da conversa entre os dois na qual Bolsonaro reforçou sua permanência, um grupo continuará tentando forçar a porta.

Minervino Junior/CB/DA.Press



Férias sem barulho/ O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (**foto**), avisou aos seus aliados que só volta à cena no final de janeiro, para organizar a volta dos trabalhos do Congresso.

Muita calma nessa hora/ Quanto à pré-campanha presidencial, o calendário que o senador definiu com o PSD prevê que ele comece a se movimentar de forma mais incisiva apenas no final de fevereiro, ou seja, depois do carnaval.

PODER

Exército tenta contornar crise

Bolsonaro se irrita com diretrizes da Força sobre vacinação, e comando da instituição prepara nota de esclarecimento

» LUANA PATRIOLINO

O comando do Exército prepara uma nota de esclarecimento sobre as diretrizes de combate à pandemia da covid-19 na instituição. A intenção é atenuar a irritação do presidente **Jair Bolsonaro (PL)** com o comunicado divulgado pelo comandante Paulo Sérgio Nogueira de Oliveira, que determinava a vacinação da tropa para o retorno ao trabalho presencial, além da proibição de divulgar fake news relacionadas ao vírus.

Em uma reunião, ontem, o ministro da Defesa, general Walter Braga Netto, deixou clara a contrariedade com a repercussão do documento assinado por Paulo Sérgio.

Os protocolos fixados pelo Exército divergem do posicionamento de Bolsonaro, que sempre se colocou contra a obrigatoriedade da vacinação para os servidores.

Desde o ano passado, o governo federal só exige a imunização completa de colaboradores com comorbidades que desejam retornar ao regime presencial. Para os demais, a instrução normativa do Executivo não cita necessidade de imunização.

Apesar do incômodo do Planalto, a diretriz do Exército segue uma portaria do Ministério da Defesa, de 29 de novembro. Assinada por Braga Netto para entrar em vigor em 3 de janeiro, a portaria, no parágrafo três, destaca que os servidores e militares da administração central do Ministério da Defesa, com exceção de pessoas com comorbidades e outros casos específicos, "retornarão às atividades presenciais 15 dias após terem se imunizado contra a covid-19".

Segundo o Exército, o objetivo é o retorno pleno de todas as atividades administrativas e operacionais. Nas diretrizes, o comandante afirmou ser necessário avaliar a volta às atividades presenciais dos servidores, desde que respeitado o período de 15 dias após a imunização. "Os casos omissos sobre cobertura vacinal deverão ser submetidos à apreciação do DGP (Departamento-Geral do Pessoal), para adoção de procedimentos específicos", explicou o documento.

Outro ponto dessa diretriz do Exército que incomodou o Executivo foi a proibição de os militares divulgarem nas redes sociais qualquer informação sobre a pandemia sem antes confirmar a fonte e checar se ela é verdadeira, ou seja, não pode espalhar fake news. O documento diz, ainda, que os servidores devem orientar os parentes a agirem da mesma forma.

Marcos Corrêa/PR



Paulo Sérgio assinou as diretrizes que determinam vacinação para retorno ao trabalho presencial

Pedido de multa contra presidente

O senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) protocolou um requerimento no Supremo Tribunal Federal (STF), ontem, pedindo que o presidente Jair Bolsonaro seja proibido de espalhar fake news sobre a vacinação infantil contra a covid-19. Caso descumpra a medida, a multa seria de R$ 200 mil por dia. "Além de confundir e desinformar a população sobre assunto da mais alta relevância para a saúde e a vida de todos os brasileiros (...), a sanha contra as vacinas por parte do titular do Poder Executivo repercute nas ações adotadas pelo Ministério da Saúde", argumenta.

» Inquérito prorrogado

O Supremo Tribunal Federal (STF) prorrogou, por mais 90 dias, o inquérito que apura se o presidente Jair Bolsonaro (PL) interferiu na Polícia Federal. A decisão foi do ministro Alexandre de Moraes. O processo foi aberto pela Corte em 2020, atendendo a um pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR). A apuração tem como base as acusações feitas pelo ex-ministro da Justiça Sergio Moro de que o chefe do Executivo tentou agir para blindar familiares e aliados de investigações. O prazo de andamento do inquérito acabaria no próximo dia 27. Em novembro, Bolsonaro se apresentou à Polícia Federal para prestar depoimento sobre o caso.

Denúncias contra Kicis e Queiroga por vazamento

O PT vai denunciar a deputada Bia Kicis (PSL-DF) ao Conselho de Ética da Câmara pelo vazamento de dados pessoais de médicos favoráveis à vacinação de crianças de 5 a 11 anos contra a covid-19. O líder da bancada do partido, Reginaldo Lopes (MG), afirmou que a representação será entregue assim que acabar o recesso parlamentar, na primeira semana de fevereiro.

De acordo com reportagem de *O Globo*, Kicis compartilhou num grupo de WhatsApp os dados de Isabella Ballalai, vice-presidente da Sociedade Brasileira de Imunizações; Marco Aurélio Sáfadi, da Sociedade Brasileira de Pediatria; e Renato Kfouri, diretor da Sociedade Brasileira de Imunizações, que participaram de audiência pública no Ministério da Saúde na terça-feira para tratar do tema.

"O PT na Câmara decidiu entrar no Conselho de Ética contra a deputada Bia Kicis pela postura criminosa que pôs em risco a segurança de médicos. A atitude da deputada será analisada, e ela pode até perder o mandato, que dedica desde o início a alimentar o ódio", escreveu Lopes no Twitter.

Em outra frente, a Procuradoria-Geral da República (PGR) foi acionada pelo deputado Alexandre Padilha (PT-SP) para investigar o vazamento. O pedido, enviado à PGR, é de que o órgão "dimensione a responsabilidade" do ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, e da deputada bolsonarista.

Ontem, Queiroga desconversou sobre o vazamento. Disse que perguntas relacionadas ao tema deveriam ser direcionadas à deputada. "Eu não estava na audiência pública. Sou ministro da Saúde, não fiscal de dados do Ministério", frisou. Procurada pela reportagem, Kicis não se manifestou.

Em nota, a Associação Médica Brasileira (AMB) enfatizou "o mais profundo repúdio" ao vazamento. "A ação criminosa, por agentes públicos, teve como alvo alguns dos mais respeitáveis especialistas do país", diz o comunicado. "Informamos que tomaremos todas as medidas possíveis para responsabilizar os detratores dos médicos, inclusive do ponto de vista legal." (**Cristiane Noberto e Taísa Medeiros**)